




XII MANDATO

ATA Nº. 76

Reunião ordinária pública de 9 de outubro de 2020

Aos **nove dias do mês de outubro de 2020**, no Edifício GNRation, sito na Praça Conde de Agrolongo 123, desta cidade, pelas **9h30**, realizou-se a reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Braga sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com a presença dos Srs. Vereadores, Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), Lídia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga), João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga), Artur Jorge Oliveira Feio (PS), Liliana Angélica Costa Matos Pereira (PS), Maria Helena Fernandes Teixeira (PS), e Alberto Carlos Carvalho de Almeida(CDU). Não compareceu o Sr. Vereador Altino Bernardo Lemos Bessa (Coligação Juntos por Braga), cuja falta foi considerada justificada pelo Sr. Presidente da Câmara. Verificada a presença da maioria o Sr. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião. Secretariou Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. Para conhecimento foi presente o resumo diário da tesouraria referente ao dia 1 de outubro.

ORDEM DO DIA. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL N.º 74, REALIZADA EM 7 DE SETEMBRO DE 2020, NOS TERMOS DO ARTIGO 57.º DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.

Foi dispensada a leitura da ata, conforme deliberação tomada em reunião de 23 de outubro de dois mil e dezassete.

“Deliberado aprovar por unanimidade pelos presentes na REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL N.º 74, REALIZADA EM 7 DE SETEMBRO DE 2020”.

PROCESSO DISCIPLINAR INSTAURADO AO TRABALHADOR ANTÓNIO JOSÉ REIS VIEIRA AFETO AOS SERVIÇOS DA DIVISÃO DE ESPAÇOS VERDES E JARDINS:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal o processo disciplinar em epígrafe, em que o instrutor do processo, no seu relatório final, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 180.º, conjugado com as alíneas b), c) e d) do artigo 185.º da Lei 35/2014, de 20 de junho, propõe a aplicação da sanção disciplinar de multa fixada em 223€, conforme previsto n.º 2 do artigo 181.º do mesmo diploma legal, **suspensa na sua execução** pelo período de **10 meses**, também nos termos dos números 1 e 2 do artigo 192.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. A referida deliberação deverá ser tomada por escrutínio secreto, atendendo a matéria em apreciação (em cumprimento do número 3 do artigo 55.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro).

“Deliberado por escrutínio secreto e por maioria aprovar,

com 7 votos a favor e 3 em branco". EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE FIGUEIREDO - CONCURSO PÚBLICO: CPE.13.20.DMOSM: Submete-se para ratificação do Executivo Municipal, o despacho do Sr. Presidente, de 24 de setembro de 2020, relativo à proposta da empreitada em epígrafe, para aprovação da lista de decisão sobre os erros e omissões do mapa de quantidades e alteração das peças do procedimento apresentados em anexo. Propõe-se ainda a prorrogação do prazo para entrega das propostas, de acordo com o disposto nos nºs 1 e 4, do artº. 64º do CCP, e consequente publicação da Prorrogação do Prazo, no Diário da República, nos termos do disposto no nº. 1 do artigo 130.º do mesmo artigo. **"Deliberado ratificar por maioria. Votos a favor do Sr. Presidente da Câmara e dos Srs Vereadores, Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), Lídia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga) e João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga). Abstenção dos Srs. Vereadores Artur Feio (PS), Liliana Pereira (PS) e Maria Helena Teixeira (PS) e do Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)". EMPREITADA: "REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL – CPE11.17.DMOSM:** Da DMOSM submetendo para aprovação do Executivo Municipal, o pedido

de prorrogação do prazo de execução da obra em epígrafe, proposta que se anexa. **"Deliberado aprovar por maioria. Votos a favor do Sr. Presidente da Câmara e dos Srs Vereadores Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), Lídia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga) e João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga). Votos contra dos Srs. Vereadores Artur Feio (PS), Liliana Pereira (PS) e Maria Helena Teixeira (PS)". Abstenção do Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)".** **TOPONÍMIA:** Do Vereador Miguel Bandeira, propondo os seguintes topónimos: Na **U.F. DE FERREIROS E GONDIZALVES**, a **ALTERAÇÃO DE TOPÓNIMO** que consiste no prolongamento da **Rua Dr. Litos de Almeida**, com início na Rua Dr. Litos de Almeida e fim na artéria a propor (Rua Francisco Alves). Ainda na U.F. de Ferreiros e Gondizalves, a **ATRIBUIÇÃO DO TOPÓNIMO - Rua Francisco Alves**, com início na Rua de Santo André e tendo o seu fim, sem saída. **U.F DE CRESPOS E POUSADA: RETIFICAÇÃO DE LIMITES DE TOPÓNIMOS: - De Rua da Eira Velha**, com início na Travessa do Montinho e fim na Rua de Ribas, **para Rua da Eira Velha**, com início na Travessa do Montinho e fim sem saída (Com ligação à Calçada da Eira Velha); - **De Calçada da Eira Velha** com início na Rua

da Eira Velha e fim sem saída, **para Calçada da Eira Velha** com início na Rua da Eira Velha e fim na Rua da Eira Velha; - **De Rua de Ribas** com início na Rua do Relógio e fim sem saída, **para Rua de Ribas** com início na Rua do Relógio e fim na Rua da Eira Velha. **"Deliberado aprovar por unanimidade". PROPOSTAS – APOIOS FINANCEIROS A ENTIDADES:** Submetem-se à consideração do Executivo Municipal as seguintes propostas de Apoio Financeiro: Da **Vereadora Lúcia Dias:** a)- **AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E ESCOLA NÃO AGRUPADA**, no valor de **25.917,28, €**, destinado a apoio ao uso de fotocopiadoras, de acordo com lista em anexo, conforme artigo 14º, nºs 2 e 3 do Decreto Regulamentar nº. 12/2000, de 20 de agosto. b)- **AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE REAL**, no valor de **5.000,00 €**, destinado a apoiar a aquisição de um servidor ao Agrupamento de Escolas de Real, em resultado do contrato de execução nº. 242/2009. c)- **AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CELEIRÓS**, no valor de **5.000,00 €**, destinado a apoiar a aquisição de instrumentos musicais no âmbito do Play Project, conforme artigo 14º, nºs 2 e 3 do Decreto Regulamentar nº. 12/2000, de 20 de agosto. d)- **ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA EB DE PONTE PEDRINHA E ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA EB Nº 2 DE LAMAÇÕES**, no valor de **802,90€** e **60,70 €**, respetivamente, como forma de apoio às famílias mais desfavorecidas com refeições escolares aos alunos do 1º ciclo,

nas interrupções letivas do Natal, Carnaval e Páscoa, assim como nas férias de junho e de julho. Do **Vereador Altino Bessa: APOIO PARA A PRODUÇÃO DA MINISSÉRIE TELEVISIVA DE FICÇÃO RTP, FERNÃO LOPES “O SOLDADO DESCONHECIDO”** relativo a um apoio de que se consubstancia no pagamento das despesas de alojamento a efetivar na Pousada de Juventude e Hotéis do Bom Jesus, **até ao valor máximo de 9 mil euros**, ao abrigo do disposto na alínea p) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei N.º 73/2013, de 3 de setembro, e cuja regularidade financeira será salvaguardada aquando do início do procedimento de Contratação Pública, em conformidade com o Código dos Contratos Públicos. O **Sr. Vereador Artur Feio (PS)**, a propósito destas propostas, solicitou esclarecimentos relativamente aos agrupamentos e escolas não agrupadas, questionando se havia articulação com as juntas de freguesias quanto à atribuição destes apoios. Perguntou também se o subsídio concedido às associações Ponte Pedrinha e EB 2 de Lamações vai ser alargado a outras escolas. A **Srª Vereadora Lídia Dias** informou que os montantes são indicados pelas próprias escolas; posteriormente, decidiu-se propor a atribuição dos subsídios. E como nas escolas estão inseridas diversas organizações, a opção foi atribuir o apoio financeiro ao agrupamento, que posteriormente fará a distribuição dos montantes. Relativamente às associações de pais informou que o subsídio



é atribuído a todas associações. **"Deliberado aprovar por unanimidade". PARECER PRÉVIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA PARA TRANSFERÊNCIA DE FARMÁCIA:** Da **DMUOP-DU** submetendo à consideração do Executivo Municipal, processo em que é requerente **INFARMED. I.P.** tendo em vista emissão de parecer nos termos do art.º 26º do Decreto-Lei nº 307/2007, de 31 de agosto, alterado pela Lei nº 26/2011, de 16 de junho, relativamente à transferência da **Farmácia Nova de Nogueira**, situada na Rua de Barreiros, nº 64 na União das freguesias de Nogueira Fraião e Lameações, deste concelho, para a **Rua de Barreiros, nº 56 da União das freguesias de Nogueira Fraião e Lameações, deste mesmo concelho.** Teve informação circunstanciada da **DMUOP-DU**, que se anexou ao processo e parecer favorável do Sr. Vereador Miguel Bandeira. **"Deliberado aprovar por unanimidade". PROCESSO RELATIVO A DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DA QUINTA DA MATA – O FELIZ IMOBILIÁRIA, S.A.:** Sob proposta do Sr. Vereador Miguel Bandeira submete-se o início formal do procedimento de delimitação da unidade de execução da Quinta da Mata, situada no Lugar da Misericórdia, da União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves e, abertura do período de discussão pública pelo período de 20 dias úteis, em que é requerente **O Feliz-Imobiliária, S.A.** O Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)

interveio, referindo que, por agora, está apenas em causa a abertura de consulta pública, mas que o processo é complexo e que será novamente submetido para apreciação da Câmara. O **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** referiu que o que se pretende com este processo é a expropriação. O **Sr. Presidente da Câmara** respondeu que é um processo urbanístico, que segue as regras dos instrumentos de gestão territorial em vigor. O **Sr. Vereador Miguel Bandeira** respondeu que se justifica legalmente a execução desta unidade. **"Deliberado aprovar por maioria. Votos a favor do Sr. Presidente da Câmara e dos Srs Vereadores Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), Lúcia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga) e João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga). Abstenção dos Srs. Vereadores Artur Feio (PS), Liliana Pereira (PS) e Maria Helena Teixeira (PS)" e abstenção do Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)".** **PROCESSO RELATIVO A DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DE SOBREPOSTA-UOPG 18:** Sob proposta do Sr. Vereador Miguel Bandeira submete-se o início formal do procedimento de delimitação da unidade de execução de Sobreposta relativa a UOPG 18 e a abertura do período de discussão pública pelo período de 20 dias úteis. **"Deliberado aprovar por maioria.**



Votos a favor do Sr. Presidente da Câmara e dos Srs Vereadores Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), Lúdia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga) e João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga). Abstenção dos Srs. Vereadores Artur Feio (PS), Liliana Pereira (PS) e Maria Helena Teixeira (PS)” e abstenção do Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)”. PROGRAMA INTERMUNICIPAL PARA OS SACROMONTES: Sob proposta do **Sr. Vereador Miguel Bandeira** submete-se à deliberação do órgão executivo a elaboração do projeto do Programa Intermunicipal do Sacromontes, em cumprimento do disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 65º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. O **Sr. Vereador Miguel Bandeira** informou que é um programa conjunto com a Câmara Municipal de Braga e a Câmara Municipal de Guimarães, sendo uma iniciativa auspiciosa para o desenvolvimento da região e *“o primeiro programa intermunicipal com o apoio da Comissão de Coordenação da Região Norte.”* O **Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)** tomou a palavra dizendo que é um programa interessante e que espera que possa ser executado e cumprido o que se propõe, de usufruto público e seja tirado proveito deste património. **“Deliberado aprovar por unanimidade”.**

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO – ABC DE BRAGA – ANDEBOL SAD: Da **Vice-presidente Dr^a Sameiro Araújo** submetendo o seguinte contrato programa, ao abrigo da parte F – Apoios Municipais, Título II do Código Regulamentar do Município de Braga, com a subsequente observância de todos os procedimentos previstos no Código: - **Município de Braga e ABC de Braga – Andebol SAD**, para a época desportiva 2020/2021 no montante de **205.920,00€**, destinado a formação de jovens atletas, a realizar no Município de Braga. **“Deliberado aprovar por unanimidade”.** **ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A SOCIEDADE VELOCIDADE EFÉMERA UNIPESSOAL, LDA:** Submete-se para aprovação a minuta do acordo de colaboração entre o **Município de Braga e Velocidade Efémera Unipessoal, Lda**, que tem por objeto a definição e o estabelecimento das regras e condições a que fica sujeita a instalação e operação, pela Operadora, de um sistema de trotinetes elétricas partilhadas na cidade de Braga. O **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** questionou se nesta fase do COVID-19 está assegurada a segurança para utilização dos equipamentos. Respondeu o **Sr. Vereador João Rodrigues** que *“com a pandemia em março e abril houve algumas das entidades com quem foram feitos protocolos de colaboração, que retiraram as trotinetes.”* Informou que as empresas procedem à desinfeção frequente das trotinetes, ressaltando



ainda que também os utilizadores devem ter os cuidados de higiene necessários à utilização partilhada destes equipamentos. Referiu ainda haver novas empresas interessadas na sua instalação. Foi ainda solicitado que enviasse relatórios relativamente aos acordos efetuados com as operadoras. **"Deliberado aprovar por maioria. Votos a favor do Sr. Presidente da Câmara e dos Srs Vereadores Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), Lúdia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga) e João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga). Abstenção dos Srs. Vereadores Artur Feio (PS), Liliana Pereira (PS) e Maria Helena Teixeira (PS)" e abstenção do Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)".** ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DOS FUNDOS DE MANEIO DOS SERVIÇOS: Do DMG-DF submetendo proposta de alteração ao Regulamento dos Fundos de Maneio dos Serviços. O **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** referiu que há alguns meses que não recebe as listas dos gastos, solicitando o envio dessa informação. O Sr. Presidente esclareceu as despesas efetuadas recentemente, em cerca de 200 euros. O **Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)** referiu que não tem informação sobre os gastos e solicitou informação de todos os fundos de maneiio. **"Deliberado aprovar por**

unanimidade". TAXA DE ALOJAMENTO LOCAL – ALTERAÇÃO AO ARTIGO 46º. DA TABELA DE TAXAS E LICENÇAS ANEXA AO CÓDIGO REGULAMENTAR: Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta de aprovação para subsequente aprovação da Assembleia Municipal a alteração da Tabela de Taxas e Licenças anexa ao Código Regulamentar. O **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** referiu que nos documentos recebidos está mencionada a taxa relativa ao ano de 2019, resultando dúvidas sobre o ano a que se reportará a cobrança desta nova taxa. **"Deliberado retirar da ordem dos trabalhos para esclarecimento pelos serviços". RATIFICAÇÃO DO ACORDO DE CEDÊNCIA ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E HOTEL JOÃO PAULO II:** Submete-se para ratificação do Executivo Municipal o protocolo de cedência celebrado entre o **Município de Braga** e o **Hotel João Paulo II**, que tem como objeto a cedência de utilização para instalação de zonas de concentração e apoio à população, em cumprimento do disposto na alínea c), do artº. 23º da Resolução do Conselho de Ministros nº 70/A 2020, de 10 de setembro – Legislação Covid 19. **"Deliberado ratificar por unanimidade". ABERTURA DO PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA – PROPOSTA DO REGULAMENTO DO CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES DE BRAGA (CENTRAL DE CAMIONAGEM):** Da **Srª Vereadora Drª Olga Pereira** submetendo à consideração do Executivo Municipal, abertura

do período de consulta pública, pelo prazo de 30 dias, nos termos previstos no artº 101º do Código de Procedimento Administrativo, a proposta de Regulamento do Centro Coordenador de Transportes de Braga. Tem informação da gestora do procedimento. O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que em virtude de a Central de Camionagem ter transitado para a posse da Câmara Municipal de Braga houve necessidade de criar um regulamento e prever as respetivas taxas. O **Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)** referiu que esta transição vai trazer encargos - embora também traga receita - e perguntou: - 1) como vão ser salvaguardados os interesses dos comerciantes em relação às instalações e 2) se vai haver direito de preferência, concluindo ao considerar que esta é uma iniciativa positiva, devendo ser feita uma intervenção profunda na infraestrutura, com um investimento avultado. A **Srª Vereadora Olga Pereira** esclareceu que os lojistas vão permanecer e vão fazer-se contratos de arrendamento por um período de 2 anos, e assegurou que os lojistas terão melhor condições do que aquelas que tinham. Referiu também que os contratos de arrendamento da maioria dos comerciantes era precário e ao abrigo de uma concessão que já não existe. "**Deliberado aprovar por maioria. Votos a favor do Sr. Presidente da Câmara e dos Srs Vereadores Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), Olga Maria Esteves Araújo Pereira**

(Coligação Juntos por Braga), Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), Lúdia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga) e João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga). Abstenção dos Srs. Vereadores Artur Feio (PS), Liliana Pereira (PS) e Maria Helena Teixeira (PS)” e abstenção do Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)”. PROPOSTA DE ESTRATÉGIA CULTURAL DE BRAGA 2030- VERSÃO FINAL: Da Sra Vereadora **Lúdia Dias** submetendo para apreciação do Executivo Municipal a versão final da proposta de Estratégia Cultural Braga 2030, para efeitos de formalização da candidatura de Braga a Capital Europeia da Cultura em 2027. O **Sr. Presidente da Câmara** salientou que é um pilar fundamental para efeitos de formalização de candidatura de Braga Capital Europeia da Cultura em 2027, admitindo que ainda este ano serão abertos os processos de candidaturas a Capital Europeia da Cultura 2027. O **Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)** saudou a proposta e considerou altamente positivo deixando as seguintes **considerações:** *“Já há bastante tempo que considero a existência de uma estratégia cultural importante. No plano diagnóstico foi feito um esforço de auscultação e devia ser feito noutras áreas, mas o que é mais importante é que este processo seja executado e o Orçamento Municipal deve conter estas intenções.”* O **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** compreende a importância de uma união em torno



da referida estratégia e referiu que o processo começou ao contrário, porque nenhuma força política foi chamada a contribuir para a estratégia. **"Deliberado aprovar por maioria. Votos a favor do Sr. Presidente da Câmara e dos Srs Vereadores Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), Lúdia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga) e João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga), e do Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU). Abstenção dos Srs. Vereadores Artur Feio (PS), Liliana Pereira (PS) e Maria Helena Teixeira (PS)".** Foi apresentada uma declaração de voto dos Srs. Vereadores do PS com o seguinte teor: ***"Declaração de voto. O PLANO ESTRATÉGICO "Braga Cultura 2030" que agora nos foi apresentado é um documento interessante, sob o ponto de vista do contributo que faculta para a reflexão que a relevância do tema reclama desde há muito, e que muito tarda a acontecer. Faz um levantamento importante da realidade do concelho e aponta rumos para o próximo decénio, tendo em vista, não apenas a vitória da candidatura a Capital Europeia da Cultura em 2027, mas o posicionamento de Braga no panorama cultural europeu. O documento, que representa a versão final daquele que foi apresentado no início do ano para discussão pública, está***

carregado de generalidades e de intenções, parte das quais manda a prudência, mas também alicerçada na prática desta maioria de direita que governa o Município e que incita uma boa dose de ceticismo. Mesmo assim, os vereadores socialistas, que sempre rejeitaram práticas política de "bota-abaixo", reconhecem a relevância do trabalho que deu origem a este Plano Estratégico. Registam com agrado, embora lamentando a existência de tais "Obstáculos", o facto de a equipa que elaborou o Plano ter sinalizado algumas das muitas críticas que o PS dirigiu ao Presidente da Câmara, ao longo dos anos, como pontos fracos da candidatura do município. Contudo, os vereadores socialistas não podem deixar passar em claro certos aspetos negativos os quais, em sua opinião, condicionam o resultado final e, nessa medida, são passíveis de críticas. Assim, o documento enferma de um vício inicial da máxima relevância, impróprio de um regime democrático, consubstanciado na marginalização das forças políticas da oposição e de um vasto conjunto de associações e agentes culturais, sendo certo que quanto maior for a abrangência mais forte será a candidatura. Para os vereadores socialistas, essa constituirá a principal nódoa do documento, uma mácula que marca negativamente este trabalho. Nestas circunstâncias, e para não dar cobertura a tais práticas antidemocráticas, mas cientes da premência de existir um Plano Estratégico para a Cultura, necessidade que o edil tardou em reconhecer, os

vereadores eleitos pelo Partido Socialista decidem abster-se."

ABERTURA DO PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO ARTIGO 71º DA TABELA DE TAXAS E AO ARTIGO 10º DA TABELA DE PREÇOS ANEXAS AO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, abertura do período de consulta pública, pelo prazo de 30 dias, nos termos previstos no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, a proposta de alteração à Tabela de Taxas e à Tabela de Preços. Têm anexa a fundamentação económico-financeira que suporta a proposta de alteração.

"Deliberado aprovar por maioria. Votos a favor do Sr. Presidente da Câmara e dos Srs Vereadores Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), Lídia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga) e João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga). Abstenção dos Srs. Vereadores Artur Feio (PS), Liliana Pereira (PS) e Maria Helena Teixeira (PS)" e abstenção do Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)". **PROPOSTA PARA CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA "ALA DA ALIMENTAÇÃO" DO MERCADO MUNICIPAL DE BRAGA:** Da Srª Vereadora Drª Olga Pereira, submetendo proposta para concessão de exploração da "Ala da

Alimentação” do Mercado Municipal de Braga. O **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** considerou que *“o prazo de 25 anos é um risco muito grande e que com 20% do espaço destinado à restauração e com um custo estimado de seis milhões de euros o Município nem paga o investimento que se fez”* ao que o Sr. Presidente da Câmara respondeu que *“a Câmara não investe em equipamentos públicos para ter retorno, mas para regenerar determinada zona.”* Interveio o **Diretor Municipal de Gestão (Dr. Sandro Louro)** explicando que a proposta é a que é economicamente mais vantajosa (critério este; que resulta do Código dos Contratos Públicos) entre a relação e a qualidade preço. O **Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)** referiu que a proposta apresentada é lesiva para o Município em toda a linha e o prazo é exagerado, além de ser muito baixo (3 mil euros para a exploração de uma ala). A **Srª Vereadora Olga Pereira** referiu que não tem dúvidas que *“esta é a melhor opção porque a Câmara não está vocacionada para fazer tratamento de loiças, recolha e distribuição, sendo esta uma área estranha ao funcionamento de uma autarquia”*, dando como exemplos Lisboa, Porto, Campo de Ourique que tomaram a opção de concessionar os serviços de restauração. Quanto ao valor de adjudicação, garante que foi feito um estudo económico-financeiro que o suporta e que será disponibilizado a todos Vereadores da oposição. Informou ainda que houve preocupação em introduzir fatores que façam com



que o futuro concessionário do mercado seja um parceiro da Câmara Municipal na dinamização do espaço e no incremento do consumo de produtos. **"Deliberado aprovar por maioria submeter à aprovação da Assembleia Municipal, com votos a favor do Sr. Presidente da Câmara e dos Srs Vereadores Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), Lúdia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga) e João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga). Abstenção dos Srs. Vereadores Artur Feio (PS), Liliana Pereira (PS) e Maria Helena Teixeira (PS)" e voto contra do Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)".**OUTROS ASSUNTOS.

O **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** questionou se o **Acordo com a Empresa Agere** está concluído. Referiu também que se fala na possível construção de duas torres com 7 pisos em terrenos sobrantes (Nova Arcada), *"existe um terreno sobrante pertencente ao Exército e questionou de há algum acordo para circulação de tráfego"*, solicitando esclarecimentos relativamente a uma expropriação de terreno no Nova Arcada (6000 m²), de terrenos que foram reclamados pela Empresa Petrocávado. O **Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)** referiu que um conjunto de moradores de S. Lázaro manifestou a sua revolta pelo derrube de um muro de suporte causado por um

acidente de viação na Rua Dr. Francisco Salgado Zenha, e que soube, através de um contacto mais próximo, que houve um aluimento de terrenos há vários meses na Rua de S. Martinho. Sobre o Centro de Recolha Oficial (CRO) de Braga referiu ainda que foi abordado por um grupo de cidadãos voluntários que manifestaram o seu desagrado pelo impedimento de prestar o apoio voluntário no referido Centro, solicitando uma alternativa da parte da Administração da Agere, EM. Relativamente aos Bombeiros Sapadores de Braga questionou para quando está previsto o concurso para promoção na carreira, e referiu que os bombeiros apenas possuem seguro de acidentes pessoais, sendo o seguro de acidentes de trabalho uma reclamação antiga, que nunca foi atendida. A Sr^a Vereadora responsável pelos Recursos Humanos **Dr^a Olga Pereira** respondeu que o seguro de acidentes de trabalho está em fase de contratação por parte do Município de Braga. Quanto à abertura de procedimento concursal para promoções esclareceu que o processo já se encontra em tramitação. O **Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)** criticou as prioridades no que respeita à aquisição de viaturas: uma usada e destinada a operações de matérias perigosas e uma viatura do INEM, pois nenhuma corresponde às anunciadas necessidades da corporação que há muito dava conta de precisar de uma viatura média de desencarceramento e uma viatura urbana de combate a incêndios. Também o Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)




questionou para quando está prevista a aquisição de viaturas a gás, pois *"há falta de viaturas disponíveis."*Apelou à higienização das viaturas (o álcool gel está colocado desde março em dispensadores presos com fitas provisoriamente). O **Sr. Presidente da Câmara** deu a palavra ao **Sr. Carlos Amado** que trouxe a questão de estar a ser utilizado nos jardins para exterminar ervas daninhas a substância Glifosato que é cancerígena e perguntou qual o prazo para a Câmara Municipal terminar com o uso desta substância. Referiu também o abate de árvores por altura do Rali de Portugal e Braga Street Stag, em 2017, no circuito do Campo das Hortas (foram retiradas árvores) com a promessa de serem replantadas, o que até hoje, não foi feito. O **Sr. Presidente da Câmara** informou que está em curso um plano de rearborização em várias zonas urbanas incluindo o Campo das Hortas e mencionou que a Câmara Municipal não usa produtos cancerígenos, informando que o Sr. Administrador da Agere vai esclarecer. Relativamente à aquisição de viaturas a gás informou que os autocarros chegarão em abril de 2021, não estando prevista a aquisição de nova viaturas mas antes a sua renovação; quanto à higienização o processo é idêntico ao que é feito nas unidades de transporte (sempre que termina um percurso os mesmos são higienizados). Sobre os terrenos do Nova Arcada frisou que a Câmara Municipal de Braga assumiu a responsabilidade de disponibilizar os terrenos para a via e na

altura foram expropriados os terrenos necessários para esse fim e se na execução dos trabalhos se verificou que houve terrenos ocupados pela mesma via e por erro de levantamento topográfico não foram os corretos e à Câmara Municipal de Braga que cabe ressarcir a ocupação abusiva dos terrenos, pelo que vai ser feito um levantamento mais rigoroso. Informando que teria que se ausentar da reunião, o **Sr. Presidente da Câmara** solicitou ao Sr. Administrador da Agere, EM. que "esclareça sobre os acordos de empresa, acerca do CRO e do Glifosato." Solicitou esclarecimentos à Dr^a Olga Pereira (Recursos Humanos), sobre os Bombeiros e seguros e esclareceu sobre a questão do muro na Rua Dr. Francisco Salgado Zenha "*que já está a ser executado*" e na Rua S. Martinho que "*está em fase de contratação.*" O **Sr. Vereador Miguel Bandeira** relativamente aos licenciamentos na Zona de Infias – Unidades Comerciais, referiu que as questões levantadas pelo Sr. Vereador Artur Feio- o acesso que liga ao Quartel que é propriedade do Exército e está para alienação, tendo a Câmara Municipal de Braga sido contactada sobre se queria alienar o terreno, não tendo a Câmara Municipal de Braga tomado ainda decisão, mas disse que gostaria que a rua fosse ligada à outra via. Os trabalhos prosseguiram a partir daqui presidindo a **Vice-Presidente Dr^a Sameiro Araújo**, dando a palavra ao Sr. Administrador da Agere, EM Dr. Rui Morais que referiu que o STAL aceitou a proposta do acordo da

empresa. Relativamente ao CRO informou que os voluntários vão todos os sábados ao referido centro pois a Agere, EM é a primeira entidade a querer que os voluntários voltem, no entanto tem que ser acautelada a segurança de todos (preservação dos funcionários). Sobre a questão do Glifosato disse que têm sido procuradas alternativas ao produto, referindo que o produto está devidamente homologado. O **Sr. Vereador Miguel Bandeira** relativamente às questões colocadas pelo **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** no tocante à operação de loteamento próximo do Nó de Infias, e quanto ao aspeto urbanístico, informou que tem um historial e complexidade elevados (que começou em 2004). Prestou esclarecimento circunstanciado sobre a operação de loteamento no Nó de Infias, e disponibilizou-se para uma reunião onde tecnicamente todo o historial (desde 2004) pode ser facultado dizendo que nunca esteve em causa expropriar terrenos. **APROVAÇÃO EM MINUTA: Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta** nos termos do número três do artigo cinquenta e sete Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, para surtir efeitos imediatos. **ENCERRAMENTO:** Às **11h45 horas** e como não houvesse mais nada a tratar, foi pela Excelentíssima Sr^a. Vice-Presidente encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da

Câmara Municipal e por mim, Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso.

